



Processo nº. 01.161541.09.58

Assunto: Análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de ascensorista e trabalhador braçal

Interessado: Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa

EMENTA:

**CONTRATO - SERVIÇOS - ASCENSORISTA
E TRABALHADOR BRAÇAL - PRIMEIRO
TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO
ECONÔMICO FINANCEIRO - CONVENÇÃO
COLETIVA DE TRABALHO -
POSSIBILIDADE**

Senhor Procurador Geral,

I - RELATÓRIO

A Gerência de Formalização de Contratos 2 encaminha a esta Assessoria Jurídica, para análise e parecer, minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de ascensorista e trabalhador braçal, cujo objeto é o reequilíbrio econômico financeiro e alteração de dotação orçamentária.

Trata-se de contrato decorrente de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 2009/017, celebrado com a empresa Proativa Serviços de Limpeza e Conservação Ltda..

Às fls. 501, a Gerência de Formalização de Contratos 2 anexou aos autos quadro demonstrativo do histórico do presente contrato, inclusive o Primeiro Termo Aditivo, ora em análise.

Encontram-se juntados aos autos, dentre outros documentos:

- Solicitação da contratada para o reequilíbrio econômico financeiro do contrato (fls. 450/451);
- Situação do fornecedor junto ao SUCAF (fls. 473);
- Convenção Coletiva de Trabalho de 2010 que determinou novos valores para o salário e benefícios da categoria contratada (fls. 430/449);



- Autorização de crédito exarada pela JUCOF (fls. 462/463);
- Declaração, em observância à Lei Complementar nº. 101/00, comprovando a adequação orçamentária e financeira do referido gasto (fls. 474);
- Autorização do Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa para formalização do Sétimo Termo Aditivo (fls. 475/476);
- As três vias da minuta do Primeiro Termo Aditivo (fls. 477/500).

Este é o relatório em apertada síntese.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Em análise, a minuta do Primeiro Termo Aditivo, que tem por fim o reequilíbrio econômico financeiro do contrato decorrente de convenção coletiva de trabalho.

Os contratos administrativos podem ser modificados nos casos permitidos em lei. Para tanto, essas modificações deverão ser formalizadas por meio de instrumento denominado Termo Aditivo.

No mesmo sentido é a orientação do Colendo Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

"o termo de aditamento pode ser usado para efetuar acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações, repactuações, além de outras modificações admitidas em lei que possam ser caracterizadas como alterações do contrato." (Licitações e Contratos, Orientações Básicas, 3ª Edição, Brasília, 2006, pág.268)

O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos tem previsão legal no art. 65, II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93, que estabelece:

"Art. 65 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II – por acordo das partes:

(...)



d) *para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.*"

Há de se reportar à **Súmula 031 do Município de Belo Horizonte, de 27 de dezembro de 2007**, ratificada pela **Instrução de Serviço Conjunta PGM/SMPL nº 001 de 07 de março de 2008, em seu art. 1º**, que estabelecem:

"O reajuste dos valores pagos pela Administração nos contratos de terceirização de mão-de-obra será realizado, relativamente aos itens salariais da proposta, com base nos percentuais concedidos à categoria nas Convenções Coletivas do Trabalho - CCT ou Dissídios Coletivos, observando-se, na primeira concessão, a data do orçamento que serviu de base à proposta comercial, para fins de cumprimento da periodicidade mínima prevista na Lei 10.192/01 (art. 2º). Para os reajustes anuais subseqüentes a data base passará a ser a data do último reajuste concedido, sendo vedada sua concessão em periodicidade inferior a 1 (um) ano (art. 2º, § 1º)."

O Professor Florivaldo Dutra Araújo que, com destreza, aponta em seu artigo *"Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos: caso dos reajustes salariais"*:

"Chamam atenção, em tema equilíbrio econômico-financeiro, algumas decisões posteriores à implantação do chamado "Plano Real", as quais estabelecem limites à revisão contratual em face de reajustes salariais de mão-de-obra engajada em prestação de serviços à Administração Pública.

(...)



A Decisão 457, de 6 de fevereiro de 1995 (publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 25.9.1995), do TCU, foi emitida em consulta relativa ao pleito de reajuste de preços contratuais de serviços, por força de aumentos salariais previstos em convenção coletiva. Nela, o TCU concluiu:

"(...) os preços contratados não poderão sofrer reajustes por incremento dos custos de mão-de-obra decorrentes da data-base de cada categoria ou qualquer outra razão, por força do disposto no art. 28 e seus parágrafos da Lei 9.096/95, antes de decorrido o prazo de um ano, contado na forma expressa na própria legislação;

(...) poderá ser aceita a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base no reajuste salarial dos trabalhadores ocorrido durante a vigência do instrumento contratual, desde que a revisão pleiteada somente aconteça após decorrido durante um ano da última ocorrência verificada (a assinatura, a repactuação, a revisão ou o reajuste do contrato), contado na forma da legislação pertinente". (Direito Público Moderno/Luciano Ferraz e Fabrício Motta, coordenadores e co-autores – Belo Horizonte: Del Rey, 2003. P.486/487)

Desta forma, cumpre esclarecer que o orçamento que serviu de base à proposta comercial foi a Convenção Coletiva de Trabalho, que estipulou o salário e demais benefícios da categoria a partir de 1º de janeiro de 2009, sendo esta de um ano anterior à nova Convenção que determinou o reajuste do salário e demais benefícios a partir de 1º de janeiro de 2010.

Forçoso concluir, portanto, que o reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado está em conformidade com as normas pertinentes, haja vista que o período mínimo de 01 (um) ano entre a data do orçamento que serviu de base para a proposta e do reajustamento dos salários e benefícios da categoria contratada foi devidamente observado.

Portanto, o reequilíbrio econômico-financeiro, ora em análise, é necessário e possível, já que cumpriu todos os requisitos legais para sua celebração, atendendo, inclusive, ao determinado na Súmula 031 do Município de Belo Horizonte e na Instrução de Serviço Conjunta PGM/SMPL nº 001, razão pela qual entendemos ser possível sua celebração.



Com o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, o valor global do mesmo passa de R\$ 967.274,01 (novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e um centavo) para R\$1.027.334,77 (um milhão, vinte e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Verifica-se que a empresa encontra-se devidamente regular junto ao SUCAF, de acordo com documento às fls. 473.

A garantia contratual foi recolhida, conforme documento de fls. 472

Conforme já relatado no item I, os autos do processo administrativo encontram-se devidamente instruídos com toda a documentação necessária, nos termos da lei, para a regular formalização do Termo Aditivo em tela.

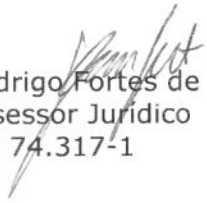
Por fim, oportuno salientar que ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo Termo Aditivo em análise.


III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, em consonância com o **art. 38, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93**, manifestamos pela possibilidade de celebração do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de ascensorista e trabalhador braçal, cujo objeto é o reequilíbrio econômico financeiro e alteração de dotação orçamentária, por estar em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2010.


João Victor Barrios Duarte
Assessor Jurídico
BM: 95152-1


Rodrigo Fortes de Magalhães Drummond
Assessor Jurídico
BM 74.317-1


Ney Tavares de Campos - BM 83.549-1
Gerente de Coordenação de Atividades
Jurídico-Consultivas